

HABEAS CORPUS Nº 430.045 - RJ (2017/0329807-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : FLAVIO SOARES CRELIER
ADVOGADO : FLÁVIO SOARES CRELIER - RJ130892
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : ULIMAR DA SILVA FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **ULIMAR DA SILVA FERREIRA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta nos autos que o paciente foi condenado à pena de 12 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 121, §2º, IV, do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso defensivo para anular o julgamento (e-STJ, fls. 534-546).

Posteriormente, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual pugnando pelo trancamento da ação penal e a absolvição do paciente por ausência de provas, tendo sido o *mandamus* denegado nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS – ARTIGO 121, §2º, IV E V, DO CÓDIGO PENAL – ALEGA O IMPETRANTE QUE, EM VIRTUDE DA DESCONSTITUIÇÃO DO PRIMEIRO JULGAMENTO, COM A SUBMISSÃO DO PACIENTE A NOVO JULGAMENTO PERANTE O CONSELHO DE SENTENÇA, PUGNA PELO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL OU EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM A ABSOLVIÇÃO DO PACIENTE POR AUSÊNCIA DE PROVAS. ARGUMENTA, AINDA, A NECESSÁRIA A EXCLUSÃO DOS AUTOS DO PROCESSO DAS PROVAS CONSIDERADAS INIDÔNEAS, ILEGAIS E IMPRESTÁVEIS PARA O NOVO JULGAMENTO, REQUERENDO QUE ESTA E. CÂMARA CRIMINAL APONTE QUAIS AS PROVAS QUE SERÃO UTILIZADAS NA NOVA SESSÃO PLENÁRIA. POR FIM, PUGNA PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE, ALERTANDO ACERCA DA DESNECESSIDADE DA MEDIDA EXTREMA, EIS QUE AUSENTES OS SEUS REQUISITOS, MORMENTE POR SE TRATAR DE PACIENTE PRIMÁRIO, COM BONS ANTECEDENTES, COM ATIVIDADE LABORATIVA LÍCITA E RESIDÊNCIA FIXA, E QUE ENCONTRA PRESO HÁ MAIS DE QUATRO ANOS – DESCABIMENTO – PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL QUE NÃO SE SUSTENTA, UMA VEZ QUE PRETENDE O IMPETRANTE A VALORAÇÃO D A PROVA, IMPOSSÍVEL EM SEDE DE COGNIÇÃO SUMÁRIA - NO QUE CONCERNE AO PEDIDO DE EXCLUSÃO DE PROVAS DOS AUTOS DO PROCESSO PARA A REALIZAÇÃO DE NOVA SESSÃO PLENÁRIA, TAMBÉM SEM RAZÃO O IMPETRANTE, JÁ QUE O ACÓRDÃO QUE SUBMETEU O PACIENTE A NOVO

JULGAMENTO PERANTE O CONSELHO DE SENTENÇA, NÃO ANULOU AS PROVAS E SIM ENTENDEU QUE O JULGAMENTO FOI REALIZADO COM OBSERVÂNCIA, EXCLUSIVAMENTE, EM PROVAS INDICIÁRIAS – POR FIM, A DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DO ORA PACIENTE ESTÁ CORRETA E DEVIDAMENTE MOTIVADA, APONTANDO OS FUNDAMENTOS DA NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR, E, AO MENOS, POR ORA, HÁ FORTES INDÍCIOS DO ENVOLVIMENTO DO PACIENTE NA PRÁTICA DA INFRAÇÃO PENAL A ELE IMPUTADA – SEGREGAÇÃO CAUTELAR QUE SE MANTÊM - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO – IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO." (e-STJ, fls. 620-621).

Neste *writ*, o impetrante alega, em síntese, que o paciente não pode ser condenado com base apenas em provas colhidas em sede policial, razão pela qual deve ser reconhecida a ausência de justa causa para o prosseguimento da ação penal.

Sustenta, ainda, o impetrante a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar do paciente.

Ao final, requer, liminarmente e no mérito, que seja determinado o trancamento da ação penal, ou que sejam desentranhadas as provas inidôneas, bem como que seja revogada a prisão preventiva do paciente.

Liminar indeferida (e-STJ, fl. 631).

Informações apresentadas pelo Juízo de origem (e-STJ, fls. 637-648 e 651-657).

Parecer do Ministério Público pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 659-662).

Pedido de preferência ajuizado pela defesa (e-STJ, fls. 667-668).

É o relatório.

Decido.

É manifesta a superveniente ausência de interesse que atingiu esta impetração, pois, conforme informações colhidas no sítio virtual do Tribunal de origem, (Ação Penal n.º 0029864-18.2013.8.19.0004), verifica-se que, em 03/07/2018, sobreveio nova sentença em que o paciente foi condenado à pena de 14 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal, tendo sido negado ao réu o recurso em liberdade.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** este *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator